

A Produção legislativa do congresso nacional em 2010

Homero de Oliveira Costa

Uma análise mais abrangente do Congresso Nacional na última legislatura (2007-2010) pode sugerir que ele produziu mais escândalos do que leis relevantes para o país. Só em 2009, segundo o levantamento do jornalista Fernando Rodrigues, foram 108 escândalos (ver lista completa em <http://noticias.uol.com.br/escandalos-congresso/ult7404u108.jhtm>). Neste levantamento, constam de denúncias quanto a verbas indenizatórias secretas da Câmara e do Senado, ao pagamento de viagens de parlamentares a locais turísticos. Na lista consta, por exemplo, que o deputado federal Betinho Rosado (DEM-RN) passou um final de semana no Resort Thermas, em Mossoró, em setembro de 2008, pago pela Câmara dos Deputados (ver o número 106 da lista dos 108 apresentados pelo jornalista).

Falta ainda um levantamento mais detalhado dos escândalos em 2010. O ano já começou aliás com escândalo: reportagem publicada no dia 25 de janeiro de 2010 pela Folha de S. Paulo, revelou que deputados federais, de vários partidos, repassaram parte da verba indenizatória a que têm direito para empresas que financiaram suas campanhas. Os dados eram secretos e foram obtidos pelo jornal após decisão judicial, em novembro de 2009.

E o ano termina com notícias sobre Pedro Novais, dep. Federal (MA) que assume o Ministério do Turismo: o deputado é protagonista de mais um escândalo no Congresso: teria passado uma noite com 15 casais na suíte Bahamas do motel Caribe em São Luis, com uma conta de R\$ 2.156,00 paga com verba da Câmara dos Deputados e, com o aumento imoral, em 15 de dezembro, dos próprios salários em 61,8% (quando a inflação acumulada no período não chegou a 20%), votada, saliente-se, em tempo recorde, quando projetos relevantes tramitam há anos no congresso sem que sejam votadas (como os relativos à reforma política, por exemplo, circulam há mais de 15 anos no Congresso).

Quanto à produção legislativa, ou seja, a transformação em leis ordinárias de proposições apresentadas pelos deputados e senadores (Proposições são

todas as matérias submetidas à votação das duas Casas), creio que mais uma vez, deixou a desejar. Em 2010, comparado a 2009, houve uma diminuição. Em 2009 foram aprovadas 255 leis, sendo 133 de iniciativa dos parlamentares (67 de deputados) e 99 do Poder Executivo, em 2010 foram aprovadas 164, sendo 87 de iniciativa do Poder Legislativo (73 dos deputados e 14 dos senadores) e 68 do Poder Executivo.

Em relação a esses dados, é importante salientar, primeiro, que pela segunda vez consecutiva, o Legislativo conseguiu aprovar mais leis do que o Executivo (desde o início do governo Lula, o Poder Executivo aprovou mais leis que o Legislativo: em 2008, por exemplo, das 241 leis aprovadas, 143 foram de iniciativa do Executivo, sendo 53 delas de matérias orçamentárias). ; segundo, é preciso analisar não apenas em termos quantitativos mais qualitativos, ou seja, sua relevância: tanto em 2010 como em 2009, em torno de 50%, das leis aprovadas foram de datas comemorativas e homenagens (criação do Dia do Vaqueiro, do Sanfoneiro etc.).

Terceiro, se tomarmos como referência apenas as leis aprovadas, as de iniciativa dos senadores, foram apenas 14 leis (nenhuma dos parlamentares do Rio Grande do Norte). Para uma instituição que tem 81 senadores, custa aos cofres públicos mais de 2 bilhões por ano, com uma estrutura de em torno de 10 mil funcionários, é muito, muito pouco.

No entanto, não foi de escândalos que viveu o Congresso. Foram aprovadas leis importantes, com destaque, a meu ver, para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que estava para ser votada desde 2000. Em 1997 Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei contra crimes de racismo. Esta avança ainda mais, entre outros aspectos relevantes, obriga as escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas como privadas, a ensinar História Geral da África e da população negra no Brasil; garantias às comunidades quilombos , estabelece que o Estado adote medidas para coibir a violência policial contra a população negra etc.

Outras leis importantes foram a da licença maternidade de 6 meses que havia sido aprovada em 2008, mas os incentivos fiscais para as empresas que

aderissem ao projeto ficou para 2010; a da Política Nacional dos Resíduos Sólidos - que circulou quase 20 anos no Congresso, amplamente discutida por especialistas, que tem como objetivo principal, o que se chamou de “gerenciamento ambientalmente adequado”(lei muito importante que merece um detalhamento maior que um comentário breve não permite) ; a lei da ficha limpa e, uma das mais importantes, a do Marco Regulatório do pré-sal. O Brasil ainda não tinha uma legislação específica para regular a exploração dessas reservas. É um avanço significativo, considerando a importância estratégica do pré-sal. Na legislação aprovada, houve uma mudança relevante que foi a do modelo de exploração: de concessões – que privilegiava as petroleiras estrangeiras - para o regime de partilha, na qual a Petrobrás tem uma participação fundamental, definida como exploradora única do petróleo e gás no pré-sal. Nesse novo modelo, entre outros aspectos relevantes, o governo cria o fundo social que destinará 50% dos recursos arrecadados para educação.

Enfim, em que pese à irrelevância de muitas leis aprovadas, é de se destacar que houve, também, aprovação de leis importantes, como as citadas. Falta ainda regulamentar e, claro, fazer com que sejam cumpridas. Como sabemos, uma coisa é a existência da lei, outra, muito diferente, é sua efetividade. A despolitização da política e crise de representação

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br